

DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS DOS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR NA ÁSIA ORIENTAL: LIÇÕES PARA PREPARAR O FUTURO DE ENSINOS SUPERIORES MASSIFICADOS

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.226.9>

Hugo Horta

Faculdade de Educação, Universidade de Hong Kong

Sistemas de ensino superior em rápida evolução, alinhados com economias avançadas localizadas noutras regiões do mundo, mas enfrentando desafios semelhantes

A evolução das economias e sociedades do leste asiático na arena global desde as últimas décadas do século XX tem sido tremenda. A China, o Japão e a Coreia do Sul são responsáveis por cerca de 25% do produto interno bruto mundial e motores do crescimento do comércio, finanças e economia global. A evolução dos países e jurisdições do leste asiático está relacionada com vários factores, mas especialmente com o desenvolvimento e crescente participação da população em processos educativos e de qualificação avançada, especialmente ao nível do ensino superior.

A inscrição bruta de alunos no ensino superior levou a maioria desses países e jurisdições a fazer uma transição rápida de sistemas de ensino superior de elite para sistemas de ensino superior massificados, condição na qual mais de 50% da população em idade apropriada para estar no ensino superior se encontra matriculada. Este facto, em conjunto com outros factores estruturantes, aumentou o nível de qualificações da força de trabalho, trazendo ganhos em produtividade e inovação, conforme esperado pelas teorias do capital humano e do crescimento endógeno da economia (Aghion e Howitt, 1998). A história de desenvolvimento destes países e jurisdições está associada

a investimentos robustos por parte dos Estados e das populações no ensino, mesmo que a maior parte dos alunos aprendam em instituições de ensino superior privado (com excepção da China continental e Hong Kong).

O desenvolvimento social e económico destes países e jurisdições envolvendo o ensino superior também está relacionado com factores históricos e culturais muito próprios (Cummings, 2009). Estes países são influenciados por valores da filosofia Confuciana que privilegia a importância da educação (por exemplo, no final do período Edo no Japão, compreendido entre 1603 e 1868, estima-se que cerca de 70% da população japonesa soubesse ler e escrever, o que não era o caso na grande maioria dos países Europeus na altura). A filosofia Confuciana também distingue o papel do Estado como principal responsável pelo desenvolvimento dos países através de políticas estratégicas coordenadoras que lhe confere legitimidade e grande poder de acção e estabilidade (mesmo nos países democráticos na região, geralmente o partido no poder tende a estar nessa posição durante décadas apesar de haver eleições regularmente). Ao mesmo tempo, o Estado não tem de ter responsabilidade por outras áreas nas quais a sociedade civil se acaba por responsabilizar, aumentando o risco para a população, mas tornando-a activa e um importante agente de mudança. Claro que esta influência cultural também traz consigo desafios ao desenvolvimento socioeconómico devido à rigidez sociocultural, hierarquias que estabelece em todos os níveis da sociedade, e constante priorização de princípios de harmonia e estabilidade, que podem comprometer processos de inovação ou adaptação a desafios, especialmente aqueles que envolvem ou requerem a interacção com factores externos a essas sociedades.

Apesar deste rápido desenvolvimento, no início do século XXI, o número de matrículas no ensino superior estagnou em alguns países e jurisdições, estagnar-se-á em breve noutros que ainda estão a massificar rapidamente o seu sistema de ensino superior (caso da China), e em todos espera-se que começará a diminuir nos próximos anos. Isto deve-se a razões demográficas relacionadas com taxas extremamente baixas de natalidade, que levam a um crescimento populacional estagnado ou em declínio, e à emergência de sociedades cada vez mais envelhecidas. O problema demográfico que as sociedades do leste asiático enfrentam (excepto a Mongólia, cuja pirâmide demográfica ainda é jovem, típica de um país em desenvolvimento e contrária à dos restantes países e jurisdições da região cujas economias se encontram

em transição – o caso da China – ou desenvolvidos – como o caso do Japão) é o mesmo que as economias desenvolvidas enfrentam na América do Norte e na Europa. No entanto, para as sociedades do leste asiático este problema demográfico ganha uma dimensão mais preocupante porque elas tendem a ser etnicamente homogêneas e menos abertas à migração.

Investir em ensino superior continua a ser uma boa aposta para as famílias da região. No entanto, uma análise das economias mais desenvolvidas na região indica um mercado de trabalho em mudança. A crescente proporção da força de trabalho qualificada (com ensino superior) no total da força de trabalho está a levar a menores retornos salariais para os graduados do ensino superior quando comparando com décadas anteriores. Esta tendência é mais evidente na força de trabalho mais jovem, onde os prémios salariais para aqueles entre 25 e 34 anos (com ensino superior) têm vindo a diminuir desde o início do século. A diminuição dos salários da força de trabalho qualificada também pode estar relacionada com mudanças na procura de mão de obra altamente qualificada e influenciada pelos fluxos comerciais externos dos países (influenciados por factores económicos e geopolíticos). Estas tendências diferem de acordo com o campo disciplinar de graduação. Aqueles que se formam em algumas áreas disciplinares (como a engenharia) têm melhores perspectivas de ganhos e empregabilidade do que outros (por exemplo, os que se graduam nas humanidades), permitindo que alguns graduados lidem melhor que outros face a mercados de trabalho cada vez mais qualificados, incertos e dependentes de ciclos económicos inconstantes.

A evolução dos sistemas científicos (e de investigação académica) tem sido contínua, levando a China, Japão e Coreia do Sul a tornarem-se líderes científicos mundiais (para além de serem líderes em inovação; Rowley et al., 2019). Essa evolução segue um crescente investimento em actividades de conhecimento, especialmente por parte dos governos no âmbito das políticas de construção de capacidade de acumulação e produção de conhecimento, mas também devido a outras políticas públicas – influenciadas pelos rankings mundiais – focadas em elevar algumas das universidades nacionais ao status de universidades de classe mundial (world class universities; Li et al., 2022). O crescente investimento em conhecimento levou a um número cada vez maior de investigadores, bem como a uma maior disponibilidade de financiamento para investigação e desenvolvimento, o que resultou em aumentos

constantes no número de publicações produzidas. Essa produção acentuada de publicações, fomentada por políticas públicas, nem sempre foi acompanhada por um aumento na qualidade científica em termos de visibilidade científica ou avanços científicos, e está excessivamente concentrada nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) na maior parte dos países e jurisdições da região. A internacionalização do sistema acadêmico e científico e as colaborações internacionais têm aumentado de forma gradual, mas ainda são limitadas quando comparadas com as de países europeus e norte-americanos.

Antes de avançar para a explanação dos três desafios emergentes e futuros que os sistemas de ensino superior na região terão que enfrentar, é importante notar que os desafios decorrentes dos processos de massificação do ensino superior nesta região continuam por resolver, tal como acontece noutros países do mundo. Estes desafios relacionam-se com acesso e equidade na participação no ensino superior, financiamento e avaliação de processos científicos e educacionais, acreditação, governação e internacionalização.

Três principais desafios e possíveis soluções

Os sistemas de ensino superior exigirão consolidação devido às mudanças demográficas

Considerando que o número de matrículas no ensino superior estagnou e provavelmente declinará nos próximos anos, o período de expansão do sector de ensino superior acabou nos países e jurisdições do leste asiático. Os ensinos superiores tornar-se-ão pós-massificados. As universidades no leste asiático podem tentar mitigar a diminuição das matrículas de estudantes nacionais atraindo estudantes do sul e sudeste da Ásia, mas outros destinos mais atraentes (situados na Europa, América do Norte e Oceânia), custo de vida elevado e despesas com propinas podem tornar difícil para as universidades do leste asiático serem suficientemente atraentes para trazer um grande número desses alunos. Isto não depende apenas das universidades, mas também de uma mudança do paradigma de aceitação de estudantes que eventualmente se tornam parte da força de trabalho nos países anfitriões.

Isso requer uma mudança da perspectiva "assimilacionista" actual para uma perspectiva aberta que permita aproveitar as novas ideias e o potencial criativo desses migrantes qualificados. De qualquer forma, a atracção de alunos internacionais irá requerer investimento público, que poderá não estar ou estar menos disponível, devido às crescentes dívidas públicas e à necessidade de alocar financiamento para lidar com sociedades envelhecidas (que irão trazer desafios fiscais e de segurança social consideráveis).

Outra estratégia que as universidades dos países do leste asiático podem tentar usar para mitigar a diminuição das matrículas de estudantes tradicionais é criando programas para estudantes não tradicionais, focando na procura de aprendizagem ao longo da vida. No entanto, essa estratégia terá provavelmente um efeito relativamente marginal por várias razões. Em primeiro lugar, o custo e a duração dos cursos e programas para estudantes não tradicionais tendem a ser menores do que para estudantes tradicionais. Em segundo lugar, as universidades terão que fazer adaptações consideráveis para ensinar a estes alunos não tradicionais que não terão os objectivos de aprendizagem que os alunos tradicionais têm. Em terceiro lugar, devido à mais curta duração dos cursos e programas, o valor das propinas que estes alunos irão pagar será sempre inferior aos que os alunos tradicionais pagam (sendo preciso que muitos mais alunos não tradicionais se matriculem nas universidades para que estas matrículas se tornem financeiramente viáveis para as universidades). Em quarto lugar, em sociedades envelhecidas, a população estará preocupada em economizar dinheiro para garantir sua reforma e os fundos serão muito mais prováveis de serem alocados para pensões e fundos de reforma do que para educação. Em quinto lugar, a dívida das famílias em países do leste asiático é alta e os próximos anos são propensos a serem desfavoráveis, com a possibilidade de crises financeiras ou económicas, levando potenciais estudantes não tradicionais a adotar uma estratégia de gastos defensivos e não usar os seus rendimentos para investir na sua educação.

As universidades privadas, que representam a maioria dos alunos atualmente matriculados na maioria dos países e jurisdições do leste asiático, enfrentam o maior risco de encerramento. Isso ocorre porque elas tendem a depender mais das propinas para garantir a sua viabilidade financeira, mas também porque são predominantemente orientadas para o ensino e menos reputadas em comparação com as universidades públicas. Essas universidades

provavelmente serão fechadas ou fundidas devido à falta de matrículas suficientes para torná-las financeiramente viáveis. As universidades públicas serão mais seguras porque são financiadas pelos governos e têm mandatos relacionados a políticas públicas que as tornam estratégicas – regionalmente, nacionalmente e globalmente – mesmo que não financeiramente viáveis. No entanto, isso provavelmente não impedirá que várias delas sejam fundidas porque a dívida dos governos na região também é alta e os orçamentos públicos precisarão de um controle mais rígido da despesa e do investimento. Isso significa que tanto as universidades privadas quanto as públicas terão que lidar com redundâncias, levando a um esperado desemprego de académicos altamente qualificados, alguns dos quais com pouca oportunidade de emprego posterior no sector novamente devido a vários factores, incluindo o factor etário, enquanto novos doutores enfrentarão desafios para encontrar um emprego – que não seja de alguma forma precário – no sector do ensino superior.

Os sistemas de ensino superior exigirão reorganização devido a mudanças tecnológicas e económicas

A quarta revolução industrial e a automação exigirão uma reconsideração dos cursos existentes na preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Ninguém sabe quais as consequências dessas mudanças e avanços tecnológicos, mas os futuros trabalhadores podem ter que trabalhar em vários empregos ao longo de suas vidas (numa perspectiva de mudar constantemente de projecto para projecto dentro ou fora da mesma organização). Estudar engenharia para se tornar engenheiro (como exemplo) está-se a tornar algo do passado, uma vez que depois de estudar engenharia, um aluno pode tornar-se gestor, professor ou trabalhar noutros empregos não necessariamente relacionado com engenharia. Os alunos precisarão de conjuntos de competências adaptáveis que devem ir além da aprendizagem técnica e disciplinar. Isso significa que o foco da aprendizagem deve ser dirigido para "aprender a aprender, desaprender e reaprender" para que os graduados possam ser capazes de se adaptar a novos desafios, em vez de se concentrar excessivamente em aprender conhecimentos técnicos excessivamente especializados (que provavelmente

se tornarão rapidamente obsoletos). As universidades devem considerar a possibilidade de ensinar aos seus alunos alguns conhecimentos técnicos transversais e a capacidade de aprender coisas novas e de se adaptar a requisitos de trabalho que sejam multifacetados e abertos a desafios diversos. O aumento do uso de aprendizagem baseada em projetos multidisciplinares e a aprendizagem experiencial é essencial, mas exigirá que os cursos sejam geridos por mais do que uma faculdade ou departamento (o que implica a possibilidade ou necessidade de uma transformação organizacional das universidades).

Esta é uma mudança que precisa ser promovida não apenas no ensino superior, mas também ser implementada em todo o sistema educacional. Ainda assim, as universidades devem estar na vanguarda da preparação para essas mudanças, mas as agências de acreditação e avaliação também se devem preparar, pois as incertezas tecnológicas exigem uma constante reflexão e flexibilidade não apenas por parte dos académicos e universidades, mas de todas as organizações. Isso exigirá um esforço amplo e que, pelo menos no sector de ensino superior, só pode ser alcançado promovendo a necessidade de níveis mais elevados de diversidade e autonomia institucional e programática em todas as universidades. Para garantir que as universidades se possam adaptar às mudanças tecnológicas, as universidades também precisam de se reformar ainda mais, e fazer uso de tecnologias emergentes que podem fazer a diferença (por exemplo a *blockchain*). Acima de tudo, as universidades devem promover e investir nas suas valências mais fortes em vez de tentar fazer um pouco de tudo e, assim, diluir recursos e tornando-se incapaz de alcançar resultados significativos em muitas das suas actividades. Por exemplo, universidades mais focadas no ensino devem focar-se em providenciar ensino de qualidade e fazer investigação relativa a esse ensino para o melhorar ainda mais e torná-lo mais inovador e relevante. Na mesma medida, é necessário mudar o conjunto de incentivos e esquemas de progressão na carreira que os académicos seguem actualmente. Académicos orientados para a investigação que foram contratados principalmente pelo seu potencial ou perfil de investigação devem ter a sua carreira avaliada de acordo com as actividades associadas à qualidade da investigação e ensino de pós-graduação. Em contraste, académicos orientados para o ensino contratados com base nas suas competências ou potencial pedagógico e de ensino devem ser avaliados primeiramente com base nos currículos inovadores que podem desenvolver, no

acompanhamento próximo da aprendizagem dos alunos e a investigação dos académicos sobre ensino e aprendizagem. Todos poderão seguir a habitual carreira académica (i.e, professor auxiliar, associado e catedrático), mas sendo avaliados pelas suas valências principais e actividades nos quais podem ter uma melhor contribuição e impacto para a universidade e sociedade, em vez de serem todos avaliados pelos mesmos critérios gerais.

Desenvolver uma base científica colaborativa sustentável a longo prazo é essencial

O número de publicações na arena internacional tem vindo a aumentar no leste asiático, mas a visibilidade e o impacto dessas publicações são limitados. Isso justifica um investimento contínuo em ciência e investigação académica na região, especialmente por parte dos governos (apesar da emergência de prioridades associadas com os desafios que as sociedades envelhecidas podem trazer). A baixa visibilidade e impacto das publicações também destacam a necessidade de uma maior internacionalização do corpo docente na região (não apenas promovendo a mobilidade científica e académica internacionalmente, mas também atraindo mais académicos de fora da região, pós-doutorados e estudantes de doutoramento para as universidades dos países do leste asiático). Embora as iniciativas de universidades de classe mundial iniciadas pelos governos tenham criado algum dinamismo em termos de colaborações internacionais em ciência, a internacionalização das actividades de pesquisa também precisa ser incentivada e tornada mais sustentável. Ao fazer isso, é necessário considerar também uma mudança do foco da produção científica de uma perspectiva de quantidade para uma perspectiva de qualidade. Grande parte do foco actual na produção é resultado de políticas de incentivos associados a recompensas monetárias (por publicar em revistas científicas indexadas) e outros incentivos que enfatizam o número de publicações em detrimento da qualidade, e agora é um momento oportuno para focar na qualidade e se preocupar em trazer novos avanços para a ciência global. A investigação com o objetivo de aumentar números para satisfazer classificações mundiais globais deve ser substituída por investigação que seja significativa e possa trazer mudanças e melhorias para a economia e a sociedade.

Essa mudança para a qualidade pode implicar a necessidade de equilibrar o investimento em áreas para além das STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e incluir áreas críticas das ciências sociais e humanidades, que estão a tornar-se cada vez mais centrais para esforços inovadores e avanços sociais, económicos e culturais no século XXI.

Conclusão

As sociedades e sistemas de ensino superior do leste asiático evoluíram a um ritmo extremamente acelerado no século XXI. Alguns destes países e jurisdições já tinham um peso significativo a nível mundial anteriormente (Japão, República da Coreia, Hong Kong, Formosa) e aumentaram-no, enquanto outros tornaram-se economias e sistemas de ensino superior de relevo (China). Ao desenvolverem-se, as sociedades do leste asiático atingiram níveis de prosperidade económica igual à de outras sociedades desenvolvidas na Europa e na América do Norte, mas estão a enfrentar alguns desafios talvez mais cedo que estas sociedades, nomeadamente o desafio do envelhecimento das suas populações e o decréscimo acentuado de estudantes no ensino superior. Para além dos desafios da massificação do ensino superior não terem sido completamente resolvidos (como o não foram no resto do mundo), ainda se deparam com os três grandes desafios acima recenseados. Desafios estes que em breve sociedades e sistemas de ensino superior na Europa e América do Norte sentirão, ainda que talvez num quadro menos problemático devido ao facto destas sociedades serem mais abertas aos processos de globalização e terem mais experiência e adaptabilidade relativamente a fluxos migratórios (não querendo dizer com isto que estes fluxos migratórios não tragam a estas sociedades um conjunto de desafios complexos).

Nota

Uma versão do artigo original, escrita em inglês e publicada na revista *Asian Economic Policy Review*, pode ser encontrada neste link: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/aepr.12416>

Referências bibliográficas

- Aghion, P., & Howitt, P. (1998) *Endogenous Growth Theory*. MIT Press.
- Cummings, W. K. (2009) Capacity building strategies: East Asian approaches. In Y. Hirotsato, and Y. Kitamura (Eds.), *The political economy of educational reforms and capacity development in Southeast Asia: cases of Cambodia, Laos and Vietnam*. Springer.
- Li, X., Horta, H., & Jung, J. (2022) University Ranking Games in East Asia: Triggers and Consequences. In W. O. Lee, P. Brown, A. L. Goodwin, & A. Green (Eds.), *International Handbook on Education Development in Asia-Pacific*. Springer.
- Rowley, C., Ishikawa, J., & Oh, I. (2019). Changing facets of leadership in East Asia: globalization, innovation and performance in Japan, South Korea and China. *Asia Pacific Business Review*, 25(2), 161-172. <https://doi.org/10.1080/13602381.2018.1557425>